A INTERVENÇÃO ARQUEOLOGICA EM S. JOÃO DE VALINHAS (AROUCA, AVEIRO)
Do povoado castrejo ao castelo da Terra de Arouca

António Manuel S. P. SILVA *
Manuela C. S. RIBEIRO **

"[*as escavações arqueológicas*] *quando não feitas para resolver ou levantar problemas, para nada servem*"
Carlos Alberto Ferreira de Almeida, 1983[1]

1. LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO

O monte de São João de Valinhas, nome que lhe vem do orago de uma pequena capela seiscentista implantada no topo, situa-se na freguesia de Santa Eulália, Arouca[2] (Fig. 1) e ocupa um relevo em *raquette*, com a cota altimétrica máxima de 448 metros, que constitui o último patamar do Gamarão, um conjunto de relevos de orientação Nordeste-Sudoeste enquadrados pelos ribeiros de Gondim e de Monte Moção, tributários da bacia inicial do Arda. A sua implantação orográfica e o amplo domínio visual que disfruta sobre o vale de Arouca propiciaram desde a antiguidade a fixação de comunidades humanas, à semelhança do que sucedeu em muitos outros castros e castelos do Norte do nosso País.

Inserindo-se na grande mancha granodiorítica do maciço de Arouca, este relevo apresenta uma litologia constituída por granitos de grão médio a grosseiro, de duas micas, predominantemente biotíticos (Rochette Cordeiro 1986, Pereira *et al.* 1980, Medeiros *et al.* 1964) e constitui, do ponto de vista geomorfológico, um resíduo de superfícies de erosão pliocénicas (Rochette Cordeiro 1986, 1988), o que justificará igualmente a morfologia em "caos de blocos" que o caracteriza nos patamares superiores. A cobertura vegetal é na actualidade dominada por pinheiros e eucaliptos, resistindo ainda pequenas áreas de castanheiros e sobreiros, para além de uma espécie infestante, a acácia-dealbada ou mimosa, que da área da Capela de S. João se espalhou pela encosta Sudoeste.

O assentamento no Monte de Valinhas de um povoado castrejo, a que sucedeu um castelo roqueiro medieval, é testemunhado, além dos vestígios arqueológicos, pelas alusões que lhes são feitas nos documentos medievais e por uma longa tradição popular, que ainda hoje designa como *castelo* o cabeço onde de facto o mesmo existiu. Recordações de achados fortuitos durante a abertura de caminhos ou na laboração das pedreiras de granito que há décadas funcionaram no local, *estórias* de tesouros, grades de ouro ou de um longuíssimo túnel que ligaria Valinhas à torre tardo-medieval de Lourosa do Campo, na freguesia do Burgo, do lado Sul do vale de Arouca, são elementos significantes da memória popular e da tradição do sítio como um espaço de

excepção, quer pela antiguidade da sua ocupação, quer pela representação de poder que, enquanto castro ou castelo, assumiu durante séculos no contexto local.

Como é corrente noutros locais, o *crasto* proto-histórico que se implantou no monte forneceu a designação ao pequeno aglomerado humano que posteriormente se lhe implantou no sopé. A documentação histórica do século XII, nomeadamente a respeitante ao Mosteiro de Arouca, é pródiga em referências à *villa* de *Castro*. Em importante acervo documental coligido por M. H. Cruz Coelho (1988) a *villa* é mencionada desde 1116, explicitando-se com maior precisão em diplomas de 1119 ("*uilla quos uocitant Castro ad Sancti Iacobi*"), de 1121 ("*inter Monte Fuste et Serra Sicca in uilla que uocitant Castro sub Sancto Iacobo*") e de 1126: "*uilla quos uocitant Castro inter Monte Fuste et Serra Sicca discurrente ribulo Manoquo territorio Arauca*"[3]. O esquema de localização da *villa* e as coordenadas de referência topográfica são as habituais nos documentos de Arouca: o lugar estaria situado, como hoje, no vale do Arda, entre os maciços da Serra da Freita (*Mons Fuste*) e do Gamarão-Arressaio (*Serra Sicca*), perto da Capela de S. Tiago[4] e nas proximidades do rio *Manoquo* (ribeira de Monte Moção?). O castelo de Valinhas aparece pela primeira vez referido na documentação em 1080, citado como *Castro Arauca*[5], se bem que seja apenas em 1119, ao mencionarem-se propriedades "*in Sancti Iacobi subtus castellum*" (Coelho 1988:202), que figura explicitamente como *castellum*[6], substantivo com que nesta época se designavam correntemente as fortificações que chefiavam as "terras" (Almeida 1978:26; Lima 1993:238).

Como adiante se verá, este castelo, entretanto erecto em "cabeça de terra", deverá ter sido abandonado na primeira metade do séc. XIII. Segundo o testemunho das *Memórias Paroquiais* de 1758, os seus vestígios seriam já então pouco expressivos, anotando-se apenas, de forma sumária, a memória de "*hum castello que fora dos Mouros, mas dele não ha vestigio algum*" (Brandão e Loureiro 1991:72).

Já no nosso século, o monte de S. João de Valinhas foi reconhecido como local de interesse arqueológico por vários estudiosos, como Manuel Rodrigues Simões Júnior (Pereira da Silva, s.d.), Domingos de Pinho Brandão (Brandão e Loureiro 1991:150) ou A. Nogueira Gonçalves (Gonçalves 1991:100)[7]. Porém, só em 1988 foi iniciada a sua investigação arqueológica, no âmbito de um projecto de pesquisa que em 1987 um dos signatários apresentou ao Instituto Português do Património Cultural, com o objectivo mais amplo de estudar o povoamento da região de Arouca no período castrejo-romano (Silva 1987). Entre 1988 e 1997 realizaram-se em Valinhas nove campanhas de trabalhos arqueológicos, com frequência anual, bem como acções de limpeza e desmatamento, levantamentos topográficos e um ensaio de prospecção geofísica (paleomagnetismo e resistividade eléctrica) num dos sectores que foi objecto de escavação (Matias 1988)[8].

No presente artigo apresenta-se uma súmula necessariamente breve dos principais resultados dos trabalhos arqueológicos – que por limitações editoriais não poderá ser tão ilustrada quanto gostaríamos – retomando e actualizando um texto de síntese sobre a estação publicado há poucos anos (Silva 1995).

2. DA PROTO-HISTÓRIA AO DOMÍNIO ROMANO

Desde as primeiras campanhas de intervenção arqueológica em S. João de Valinhas que se comprovou, pela ocorrência de materiais cerâmicos e de outra natureza, a ocupação do cabeço na Idade do Ferro. A circunstância dos trabalhos de escavação

terem incidido durante alguns anos na plataforma superior do monte, onde a ocupação tardo-romana e medieval foi muito expressiva e reduziu, aparentemente, os vestígios de épocas precedentes, levou a que tardasse um pouco a descoberta de restos arquitectónicos do antigo castro, o que se verificou apenas em 1996-1997 com a localização de uma habitação circular no designado Sector P, na encosta Sudeste da estação (Fig. 1), estrutura cuja escavação não se encontra ainda concluída.

Trata-se, ao que tudo indica, de uma unidade residencial construída em pedra, cujo perímetro se encontra já parcialmente definido, que parece estar associada a um murete para sustentação de terras, com face aparelhada apenas do lado externo, que protegeria a habitação a jusante na encosta. Junto a esta casa castreja, mas ainda sem uma clara conexão estratigráfica, encontrou-se a base de uma outra estrutura constituída por um conjunto de negativos de plano subcircular, abertos na alterite granítica, indiciando provavelmente uma construção em madeira, porventura um canastro para guarda de cereais, ou qualquer pequeno cercado para outro fim.

Estas são até à data as únicas estruturas de época castreja detectadas na estação, muito embora ocorram em diversos sectores artefactos que indiciam uma ocupação bastante expressiva da Idade do Ferro, designadamente cerâmicas com a habitual decoração estampilhada ou incisa típica dos castros do Noroeste, que exemplificamos com uma panela decorada com linhas incisas horizontais e oblíquas (Fig. 2, nº 3) e um bordo com decoração geométrica incisa no lábio (Fig. 2, nº 4).

Se bem que não tenha ainda sido localizado qualquer nível arqueológico correspondente a ocupações mais antigas do monte de Valinhas, a instalação de um povoado no local desde o Bronze Final parece bastante plausível, atentas as condições topográficas do sítio, o que é corroborado pelo achado, em contextos posteriores, de fragmentos cerâmicos atribuíveis a este período, como sucede com um pequeno vaso decorado por motivos triangulares incisos preeenchidos por puncionamentos (Fig. 2, nº 1) ou de uma taça de pasta fina e superfícies brunidas (Fig. 2, nº 2) da forma A1a da tipologia cerâmica de A. C. Ferreira da Silva, que este A. data da Fase I da sua periodização da cultura castreja (Silva, A.C. 1986:120).

Como se vê, portanto, pouco se pode ainda dizer do castro proto-histórico de Valinhas, designadamente no que se refere à extensão e limites do povoado, às modalidades de ocupação do monte, ao urbanismo ou tipologia das construções, e muito menos no que toca ao faseamento dessa ocupação. De igual modo permanece obscura a problemática dos amuralhamentos ou outras estruturas defensivas. Duas linhas de muralha associadas a um fosso parecem detectar-se no perímetro do cabeço superior, devendo ocorrer uma fortificação externa, de que restam ainda alguns paramentos em pedra, junto ao estradão principal de acesso ao topo do monte, ele próprio porventura aberto no leito de um antigo fosso defensivo. A impossibilidade de sondagens arqueológicas nestes pontos e mesmo de levantamento topográfico integral, dada a grande extensão do relevo onde se implanta o castro deixam em aberto, por ora, estas questões.

A romanização do aldeamento castrejo está fora de dúvida, tantos e tão diversificados são os vestígios materiais dessa transformação. Tudo parece apontar, todavia, para um carácter bastante tardio desse influxo romanizador, quer no que se refere aos elementos da cultura material, quer provavelmente às estruturas arquitectónicas. De facto, são muito escassos até à data os indícios de ocupação ou de utilização de produtos de época alti-imperial, como sucede com as ânforas ou a *terra*

sigillata, cerâmicas de importação que parecem não ocorrer em Valinhas, à semelhança de material numismático ou outros elementos.

As principais estruturas deste período identificadas até ao momento são de cronologia tardo-romana e localizam-se na plataforma superior da estação (Sector B). Correspondem essencialmente a duas construções de planta rectangular, com alicerces formados por blocos de granito e xisto, assentes no saibro natural, formando muros bem travados com uma largura uniforme de c. de 0,60m. que aproveitam na sua estrutura os afloramentos rochosos existentes na área. Estão parcialmente sobrepostas, traduzindo deste modo duas distintas fases de ocupação, se bem que a sua cronologia deva ser muito próxima, a avaliar pelo espólio arqueológico recolhido em ambos os contextos.

Os materiais arqueológicos correspondentes à ocupação tardo-romana do castro são muito diversificados, incluindo desde a cerâmica industrial às cerâmicas comuns, de mesa, cozinha e armazenamento, até algumas sigillatas claras e raras peças que podemos integrar nas Derivadas das Sigillatas Paleocristãs, como sucede com um fragmento de aba perlada (Fig. 2, nº 6) enquadrável na forma 3b de Rigoir (Beltrán Lloris 1990:155), de cozedura oxidante, que parece possuir decoração antropomórfica, o que a confirmar-se lhe confere especial singularidade. Datará dos séculos V-VI, podendo ser de produção gálica ou norte africana. De cronologia similar poderá ser um bordo de um vaso de grandes dimensões, em pasta alaranjada grosseira, que ostenta uma decoração com rosetas estampilhadas (Fig. 2, nº 5), em analogia com motivos do repertório das sigillatas claras e D.S.P. coevas, peça com paralelos noutras estações de idêntica cronologia do Norte do País.

Uma numerosa colecção de restos de vidraria romana, na sua maior parte de cronologia tardia, vários exemplares numismáticos, com destaque para as cunhagens do século IV, pertencendo a séries comuns de *nummus* e Æ3, dos tipos GLORIA EXERCITVS, FEL TEMP REPARATIO, SECVRITAS REIPVBLICAE, etc. (Silva, no prelo-b) e escassos objectos metálicos merecem também realce. Destes últimos, ilustramos uma fíbula em bronze do tipo de charneira e arco triangular (Fig. 3, nº 12) do séc. I (Ponte 1984; Silva, A.C. 1986:191), uma fíbula ou alfinete circular com um motivo cruciforme vazado (Fig. 3, nº 11) e uma outra (Fig. 3, nº 13) do tipo Fowler B1 (Fowler 1960), habitual nos nossos castros mas aqui com a particularidade de ter sido produzida em prata (com provável banho de ouro), adorno datável de entre os séculos I e III mas que em Valinhas poderá ter tido uma utilização posterior.

Todos estes dados apontam, como notámos, para uma forte possibilidade de ter sido romanizado tardiamente o Castro de Valinhas, o que confere com a informação disponível para a região arouquense e para a generalidade das áreas mais interiores do Entre Douro e Vouga, como temos vindo a sugerir (Silva 1993, 1994, no prelo-a).

3. DOS TEMPOS ALTI-MEDIEVAIS AO CASTELO DE AROUCA

As construções tardo-romanas que acima referimos, localizadas no designado Sector B, terão sido depois parcialmente reutilizadas ou destruídas[9] durante a Idade Média. Para além de frágeis muretes em pedra e de cerâmicas atribuíveis ao período suevo-visigótico, foi localizado nesta área um contexto oficinal de actividade metalúrgica cuja cronologia está ainda em apreciação, devendo oscilar entre os séculos

V-VI e o momento correspondente ao encastelamento do local, que situamos nos séculos X-XI.

Trata-se de uma zona identificada inicialmente por uma fortíssima concentração de escórias ferrosas, a que se juntariam entretanto a descoberta de um canal bastante profundo, escavado no saibro de base, onde se encontrou um grosseiro dormente de uma mó giratória manual, provavelmente ligada à trituração de minério. Em área adjacente localizaram-se outras estruturas associadas à actividade siderúrgica, nomeadamente um provável cone de dejecção de um forno de redução de ferro, constituído por uma vala de planta subcircular preenchida por estratos argilosos alternados com níveis de cinzas, bem como uma pequena fossa contendo depósitos de areia. A escavação arqueológica desta área de oficina está ainda numa fase inicial, podendo esperar-se, com a continuação dos trabalhos e as análises arqueométricas em curso[10], encontrar uma eventual forja e clarificar a natureza e extensão destes vestígios, sem dúvida de grande importância no quadro local e regional.

Numa outra área escavada, o Sector C, identificaram-se também estruturas correspondentes a restos de elementos defensivos de época medieval, sistematicamente unindo e fechando espaços entre penedos, que se encontravam assim integrados na arquitectura de protecção do sítio. Constavam, concretamente, do tramo de um muro com cerca de 4 metros de extensão por c. de 1,60m de espessura, de que apenas a face interna era composta por pedra aparelhada, e das últimas fiadas, quase superficiais, de um outro muro, fino, que assentava sobre uma "portela" entre rochedos que foi intencionalmente preenchida e fechada até à rocha de base com um enchimento maciço de blocos de pedra.

Mas foi no cabeço de cota superior, a 448 metros de altitude, segundo a Carta Militar, que verdadeiramente se instalou a fortificação dos tempos da Reconquista, aproveitando as penedias do "caos de blocos", frequentemente incorporadas nas linhas defensivas, como é notório pelos desbastes, entalhes e mesmo negativos de assentamento de silhares que ainda se podem ver em diferentes blocos graníticos.

As sondagens arqueológicas nesta área[11], designada operativamente como Sector A, revelaram essencialmente, até ao momento, a sobreposição de potentes níveis de derrube, que ultrapassam já um metro de espessura, o primeiro dos quais com nítidos vestígios de incêndio. As parcas estruturas identificadas constam de uma lareira subcircular, com c. de 0,65 m. de diâmetro, feita com pequenas pedras, uma fossa também subcircular, com c. de 1 metro de diâmetro de boca, construída com blocos maiores, utilizada talvez para guarda de alimentos e um pequeno tramo de murete delimitador ou defensivo, localizado no rebordo Poente da plataforma culminante.

Do espólio arqueológico recolhido ressaltam vários milhares de fragmentos cerâmicos, provenientes de vasilhame doméstico atribuível na sua generalidade aos séculos XI-XII. Encontramos aqui as formas e decorações típicas dos repertórios cerâmicos deste período, com paralelos noutros castelos roqueiros (Barroca 1988; Rodrigues 1994; Fontes e Regalo 1997): recipientes de cozinha ou armazenamento reforçados com os bem conhecidos cordões relevados, decorados com dedadas ou incisões; olas ou panelas com decoração formada por linhas incisas e meandros (Fig. 3, nº 8), potes, como o exemplar que ilustramos, provido de uma aba sob o bordo e decorado com puncionamentos (Fig. 3, nº 7), jarros de boca trilobada, por vezes com ornamentação incisa (Fig. 3, nº 9) e os característicos alguidares ou taças de fundo em

disco, por vezes com decoração interna, como sucede com um notável exemplar provido de cordões que arrancam das paredes para o centro da base (Fig. 3, nº 10).

Entre os materiais metálicos, quase exclusivamente em ferro, destaca-se uma abundante quantidade de pregos, ocorrendo também lâminas de facas, uma fivela circular, pontas de dardo e de virote, de cabeça triangular ou remate cónico (Fig. 3, números 14 a 16), com paralelos conhecidos (Barroca e Morais 1986; Barroca 1988), e outros objectos de difícil caracterização de momento.

Interessa fazer um breve enquadramento histórico e documental desta fortificação para iluminar um pouco a sua funcionalidade, tipologia e época de utilização.

Trata-se de um castelo roqueiro, similar a tantos outros que enxamearam o Noroeste peninsular no âmbito do fenómeno mais lato, de expressão europeia, do *encastelamento* dos séculos IX, X e XI (Almeida 1978, 1992; Barroca 1991). Das suas estruturas mais primitivas – de que para já há apenas indícios – constariam provavelmente uma cerca de pedra e eventuais estruturas em madeira, de natureza defensiva ou habitacional, o que é sugerido pela quantidade de pregos que foram localizados nas sondagens e poderá relacionar-se com o nível de incêndio detectado.

De castelo dependente, de carácter local, inserido na grande *ciuitas* e *territorio* de Anegia, cujos limites meridionais provavelmente atingiam a Serra da Freita (Lima 1993:34), a fortaleza, porventura associada ao emergente mosteiro beneditino que no vale ganhava raízes e expressão, tornar-se-ia, com a fragmentação das *ciuitates* em *terras*, ocorrida na 2ª metade do século XI, no ambiente de um novo quadro militar e político-administrativo, *cabeça da Terra de Arouca*. O castelo de Arouca terá tido nos tempos da Reconquista uma significativa importância militar, em razão do estado de permanente tensão com os muçulmanos, fruto de uma longa oscilação da linha de fronteira e a diversas incursões de ambos os campos, de que maior fama deixaram as razias de Almançor, pelos finais do séc. X. Na 2ª metade do século XI e durante a centúria seguinte a fortificação de Valinhas terá sobrevivido ao colapso que atingiu muitos castelos roqueiros graças à sua ascensão a cabeça de Terra (Barroca 1991:119). Todavia, e à semelhança do que sucede em outras fortificações do curso terminal da bacia do Douro (Lima 1993:242-3), o Castelo de Arouca não mostra – apesar da centralidade administrativo-militar que assumiu – quaisquer indícios das transformações arquitectónicas habituais na maioria dos castelos românicos (Barroca 1991:120-1; Lima 1993:236), se bem que possa ter possuído uma torre, que aproveitaria porventura a base do vasto batólito que constitui o ponto de cota máxima no cabeço, como certos entalhes permitem supor.

Nas primeiras décadas do século XIII, porém, afastada desde há muito nesta região a ameaça muçulmana e com a progressiva desfuncionalização da divisão administrativa das "terras", remetidas à esfera civil (Lima 1993:221), o castelo arouquense deverá ter entrado em declínio, desconhecendo-se de momento em que circunstâncias terá sido definitivamente abandonado.

Na expressão de Carlos Alberto Ferreira de Almeida que serve de epígrafe ao presente texto gostaríamos de encontrar a razão dos trabalhos arqueológicos cujos resultados aqui resumimos brevemente. Aquela afirmação desarma-nos e ilumina pela coloquial singeleza que o Prof. Carlos Alberto gostava de pôr nas coisas. A sua palavra simples mas sempre certeira tinha aquela magia de – roçando por vezes uma aparente

trivialidade – atingir o íntimo dos problemas mais complexos e verdadeiramente essenciais.

É fácil perceber por este texto introdutório que as múltiplas questões de S. João de Valinhas estão quase todas por responder. Esperamos que a continuidade dos trabalhos nesta importante estação do Concelho de Arouca possa dilucidar alguns desses problemas ou, pelo menos, suscitar novas, imprevistas e porventura fecundas dúvidas e interrogações.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

Almeida, Carlos Alberto F. (1978), Castelologia medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as origens a 1220, diss. compl. dout., Porto, policop.

Idem (1992), "Castelos medievais do Noroeste de Portugal", in *Finis Terrae. Estudios en lembranza do Prof. Dr. Alberto Balil*, Santiago de Compostela, USC, p. 371-85.

Barroca, Mário J. e Morais, A. J. C. (1986), "A Terra e o Castelo – uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena", *Portvgalia*, Nova Série, VI/VII, Porto, IAFLUP.

Idem (1988), "A ocupação medieval em Castelo de Matos. Primeira abordagem", *Arqueologia*, 17, Porto, GEAP.

Idem (1991), "Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)", *Portvgalia*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto IAFLUP, 1990-1991, p. 89-136

Béltran Lloris, Miguel (1990), *Guía de la Cerámica Romana*, Zaragoza, Pórtico.

Brandão, Domingos P. e Loureiro, Olímpia M. C. (1991), *Arouca. Notas monográficas*, 1, Arouca, Centro Est. D. Domingos P. Brandão

Coelho, Maria Helena C. (1988), *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, Arouca, C.M.A. (1ª ed., Coimbra, 1977)

Fernandes, A. de Almeida (1965), *Arouca na Idade Média Pré-Nacional*, Aveiro, sep. dos vols. XXX-XXXI do "Arquivo do Distrito de Aveiro"

Fernandes, A. de Almeida e Silva, Filomeno (1995), *Toponímia arouquense*, Arouca, ADCA.

Fontes, Luis F. e Regalo, Henrique A. (1997), "O «Castelo» de Penafiel de Bastuço, Paços de S. Iulião, Braga. Elementos para o seu estudo", *Arqueologia Medieval*, 5, Porto, Afrontamento, p. 199-220.

Fowler, Elisabeth (1960), "The origins and development of the penannular brooch in Europe", *Proceedings of the Prehistoric Society*, New Series, XXVI, Cambridge, p. 149-77.

Gonçalves, A. Nogueira (1991), *Inventário artístico de Portugal. XI - Distrito de Aveiro. Zona de Nordeste*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes

Lima, António M. Carvalho (1993), *Castelos Medievais do Curso Terminal do Douro (Séc. IX-XII)*, diss. mestrado., 2 vols., Porto, dactil.

Matias, Manuel João Senos (1988), "Prospecção geofísica em Arouca", *relatório dactil.*, s.l.

Medeiros, Artur C. *et al.* (1964), *Carta Geológica de Portugal na Escala 1/50 000. Notícia explicativa da Folha 13-B - Castelo de Paiva*, Lisboa, Serv. Geol. Portugal

Pereira, Eurico *et al.* (1980), *Carta Geológica de Portugal na Escala 1/50 000. Notícia explicativa da Folha 13-D - Oliveira de Azeméis*, Lisboa, Serv. Geol. Port.

Pereira da Silva, Fernando A. (s.d.), "Notas sobre arqueologia recolhidas nos apontamentos inéditos, dactilografados, do Dr. Simões Júnior...", s.l., dactil.

Ponte, Salete da (1984), "Fíbulas de sítios a Norte do Rio Douro", *Lvcerna. Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão*, Porto, CEH, p.111-44.

PMH-DC, *Portugalia Monumenta Historica - Diplomata et Chartae*, Lisboa, Academia das Ciências, 1867.

Rochette Cordeiro, A. M. (1986), "Evolução de vertentes na Serra da Freita", Coimbra, policop.

Idem (1988), *A evolução das vertentes da Serra da Freita no Quaternário recente*, sep. de "Cadernos de Geografia", 7, Coimbra, Inst. Est. Geog.

Rodrigues, Miguel A. (1994), Cerâmicas medievais da região de Moncorvo (sécs. XII-XIII), diss. mestrado, Porto, dactil.

Silva, António Manuel S. P. (1987), "O povoamento castrejo-romano na região de Arouca", Arouca, dactil.

Idem (1993), "Ocupação proto-histórica e romana no Entre-Douro-e-Vouga Litoral: breve balanço de uma investigação em curso", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33 (3-4), Porto, Soc. Port. Antrop. e Etnol., p. 427-43

Idem (1994), *Proto-história e romanização no Entre Douro e Vouga Litoral. Elementos para uma avaliação crítica*, diss. mestrado, Porto, dactil.

Idem (1995), "Escavações arqueológicas em S. João de Valinhas. Do primitivo castro ao castelo de Arouca", *Poligrafia*, 4, Arouca, CEDPB, 1995, p. 199-220.

Idem (no prelo-a), "Novos elementos para a caracterização do habitat castrejo no litoral entre Douro e Vouga (Centro-Norte de Portugal)", in *Castrexos e Romanos no Noroeste. Coloquio de Homenaxe a Carlos Alberto Ferreira de Almeida* (1997), Santiago de Compostela.

Idem (no prelo-b), "Achados numismáticos romanos do Entre Douro e Vouga Litoral. Contributo para um inventário crítico", *Nvmmvs*, Porto, SPN.

Silva, Armando Coelho F. (1986), *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, C.M.P.F./M.A.C.S.

Silva, Filomeno A. S. (1986), "Quem protege o castro de Valinhas?", *Jornal de Notícias*, Porto, *20.04.1986, p. 30*

NOTAS

* Mestre em Arqueologia pela Universidade do Porto. Centro de Arqueologia de Arouca. Largo de Santa Mafalda - Apartado 127 - 4540 Arouca.

** Licenciada em História – Var. Arqueologia pela Universidade do Porto. Centro de Arqueologia de Arouca. Largo de Santa Mafalda - Apartado 127 - 4540 Arouca.

1 "O castrejo sob o domínio romano: a sua transformação", *in* Pereira Menaut, G. (ed.), *Estudos de Cultura Castrexa e de Historia Antiga de Galicia*, Santiago de Compostela, 1983, p. 198

2 Coordenadas geográficas UTM do ponto central: 29TNF 621 322 (*Carta Militar de Portugal*, 1:25000, Folha nº 145).

3 Coelho 1988. *Vd.*, respectivamente as páginas 194, 201, 222 e 235.

4 No adro da Capela de S. Tiago, de remota antiguidade como se vê, apareceram há anos, por motivo da construção da actual estrada, sepulturas e sarcófagos em granito, restos do primitivo cemitério do lugar nos tempos medievais (Silva, F. 1986).

5 PMH-DC, nº 576.

6 Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1978:30) atribui ao Castelo de Arouca um documento de 1062 (PMH-DC, nº 432), referência que nos parece equivocada, dado que a toponímia das confrontações ali indicadas não se reporta ao vale de Arouca mas a locais hoje no concelho de Castelo de Paiva. Um outro documento de 1092 (PMH-DC, nº 779) foi também citado como referindo-se ao mesmo castelo, com bastante propriedade, aliás, por Almeida Fernandes (1965:103-4). A atribuição a Valinhas da expressão *"casale de mandamento de illo castello"* neste último documento, contudo, não é segura, e o mesmo A. reconhece esta dúvida em trabalho posterior (Fernandes e Silva 1995:36).

7 Apesar das datas de publicação, todas estas informações se referem a escritos e trabalhos muito anteriores, por vezes em décadas, dos respectivos autores.

8 Os trabalhos arqueológicos têm sido possíveis graças a apoios financeiros dos diversos serviços do Estado que têm tutelado a Arqueologia (IPPC, IPPAR, IPA), bem como da Câmara Municipal de Arouca e, em menor escala, do FAOI/Instituto da Juventude e do Governo Civil de Aveiro, entidades a quem se expressa o devido reconhecimento.

9 A estratigrafia do sector, em geral pouco espessa, não esclareceu ainda este problema, uma vez que foi profundamente afectada pela extracção de pedra que ocorreu no local e por terraplenagens posteriores, pelo que o nível de fundação do muro tardo-romano se confunde praticamente com o da sua destruição.

10 Está a ser desenvolvido pelos autores, em colaboração com Jorge Argüello Menéndez e José T. Cavalheiro, um estudo dos vestígios paleometalúrgicos de Valinhas, através de análises físicas, químicas e de outros tipos, trabalhos integrados no MetNOR – *Projecto para o Estudo Arqueológico da Paleometalurgia do Norte de Portugal*, com o apoio do Instituto Português de Arqueologia e outras instituições.

11 Cumpre-nos aqui registar um agradecimento ao nosso Colega António Carvalho Lima, pelas enriquecedoras sugestões de trabalho e por todo o apoio prestado nas campanhas arqueológicas de 1994-1996.

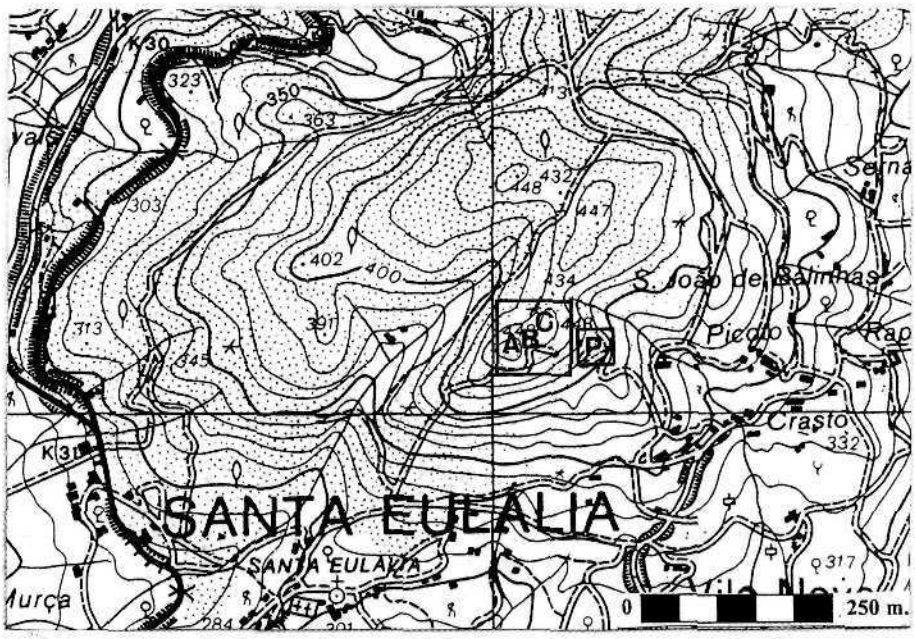

Fig. 1 - Localização da estação arqueológica e implantação esquemática dos sectores em escavação (C.M.P. 1:25.000 nº 145, ampl.).

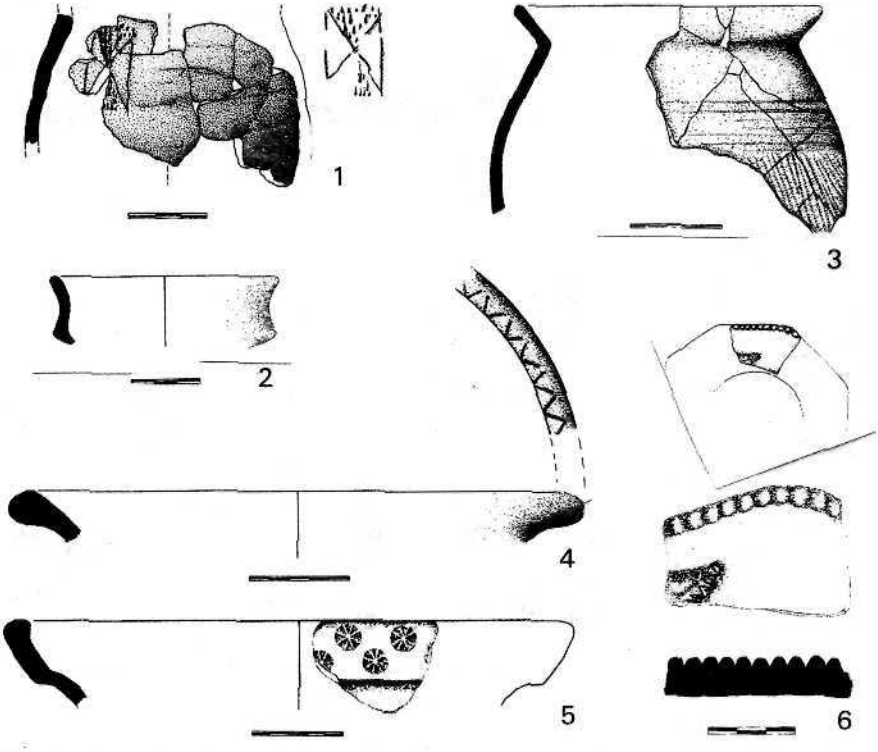

Fig. 2 - Cerâmicas do Bronze Final/Ferro Inicial (1-2); castrejas (3-4) e tardo-romanas (5-6). Desenhos de José Luis Madeira (1) e Maria José V. Santos. Escalas em centímetros.

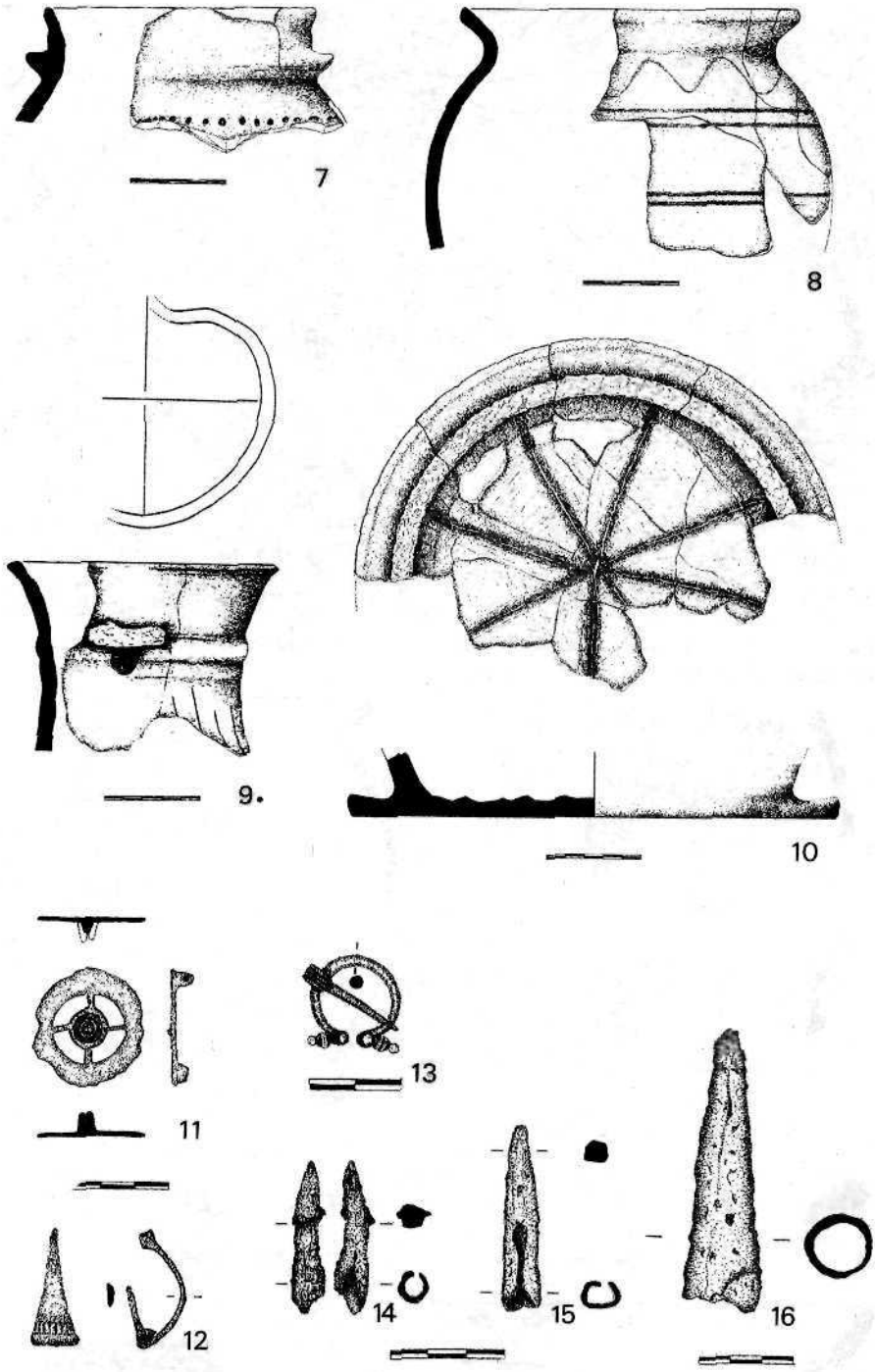

Fig. 3 - Cerâmicas dos séculos XI-XII (7-10). Fíbulas (11-13), pontas de dardo e virote medievais (14-16). Desenhos de Maria José V. Santos. Escalas em centímetros.